



O futebol como mercadoria e poder: concepções geográficas sobre o torcer no Brasil

Football as a commodity and power: geographic conceptions about cheering in Brazil

Daniel Bruno Vasconcelos¹ , Alberto Luiz dos Santos 

¹ Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

² Prefeitura Municipal de Valinhos, Valinhos, SP, Brasil

E-mail: albertosantos@alumni.usp.br

*E-mail para correspondência: danielvasconcelos@yahoo.com.br

Recebido (Received): 16/10/2022

Aceito (Accepted): 22/12/2022

Resumo: Este artigo apresenta uma contribuição aos estudos do futebol, mobilizando questões concernentes à geografia urbana e à geopolítica. Considerando a dialética que envolve o futebol-espetáculo tornado mercadoria e utilizado como instrumento de poder, serão analisadas, com maior enfoque, as dinâmicas que têm afetado as práticas torcedoras no Brasil. Inicialmente, identificam-se balizas temporais importantes da mercantilização do torcer, dos primórdios elitizados à popularização, tendo como fio condutor o debate sobre os estádios e a cidade. Na sequência, são elencadas algumas estratégias de poder que envolveram as Copas do Mundo de futebol masculino e o modo como elas se desdobraram no modelo contemporâneo de mercantilização do esporte atrelado à venda da cidade. Por fim, destacamos as insurgências e resistências torcedoras a esse processo, elencando possibilidades de políticas voltadas ao reconhecimento e valorização das referências culturais torcedoras que, no entendimento deste artigo, são conteúdos significativos do acervo do patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-chave: Torcidas; Cidade; Copa do Mundo; Patrimônio Cultural.

Abstract: *This article shows a contribution to football studies. It mobilizes issues that concern urban geography and geopolitics. Considering the dialectics that englobes the football show turned into a commodity and used as an instrument of power, this article will analyze the dynamics that have affected football crowds' practices in Brazil from a wide perspective. First, important temporal goals of cheering merchandising are identified, from the elite beginnings to its popularization. This study's main track is the debate about the stadiums and the city. In sequence, some strategies for power that involve the men's World Cup are listed down, and associated with the way they evolved in the contemporary model of football merchandising is linked to the city sale. Finally, we highlight the football crowds' insurgencies and resistances in this process. For that, we list the political possibilities aimed at recognizing and valuing the supportive cultural references from football fans. In this article's understanding, all those contents are significant to Brazilian cultural heritage.*

Keywords: *Crowds; City; World Cup; Cultural Heritage.*

1. Introdução

O futebol é o esporte que gira a maior quantidade de capital em todo o mundo. Para além do capital direto investido em infraestrutura dos clubes, estádios, jogadores e equipes técnica, médica e esportista, entre outros profissionais que trabalham para o espetáculo acontecer, o século XX atestou a ascensão de uma indústria do futebol, que movimenta capitais em diversas dimensões, mesmo que indiretas. Destacam-se, nesse caso, os patrocínios, a cobertura midiática e a “empresarização”, termo que não apenas expressa a transformação de clubes em empresas, como também demarca, em sentido amplo, o contexto posterior à década de 1980, quando passa a se consolidar, progressivamente, a lógica que concebe “o futebol como negócio, o clube e o estádio como empresas e o torcedor como consumidor” (SIMÕES, 2017, p. 84). Assim, o futebol assenta seu poder de influência sobre as grandes massas populacionais, uma vez que a realização de tal lógica está atrelada à paixão visceral das torcidas, valendo-se dos afetos e identidades que envolvem o torcer para

potencializar os lucros, num arranjo complexo e de múltiplas contradições que ocorre no Brasil e em diversos países pelo mundo.

Ademais, o capitalismo engrenou no futebol como ferramenta política de controle social, tendo a Federação Internacional de Futebol (FIFA) como uma grande aliada nesse processo, ao assumir a regulamentação e legitimação do espetáculo nos moldes “oficiais”. A reverberação recente do termo “Padrão FIFA” é reveladora de tal aliança como aporte difundido institucional e midiaticamente para reproduzir a centralização do poder no futebol contemporâneo, aludindo aos padrões organizativos. Contudo, o termo não será mobilizado neste texto enquanto *slogan*, e sim como referência para uma crítica às dinâmicas que, em todos os continentes e em diferentes níveis, vêm impondo supostos modelos de realização do espetáculo que vão desde as regras do jogo e o modo de torcer das pessoas nos estádios às infraestruturas públicas e privadas no espaço urbano.

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo geral desenvolver o debate sobre o avanço do capitalismo no futebol e como este foi e continua sendo utilizado como instrumento de poder para transformação socioespacial.

A realização desse debate sob uma ótica geográfica se justifica por contribuir com as análises espaciais e territoriais de realidades transformadas pelo que hoje representa o “Padrão FIFA”, considerando as infraestruturas dos estádios/arenas e seu entorno, no plano local, e as relações socioespaciais urbanas, no plano da cidade em sua totalidade.

Com maior enfoque, este artigo objetiva elucidar como as dinâmicas supracitadas implicaram tolhimentos e rupturas de importantes referências culturais populares na dimensão do torcer, apropriando-se de sentidos vinculados a direitos constitucionais, como o direito ao lazer e à cultura, o que nos move ao debate sobre o direito à cidade.

Entendemos que, na sociedade urbana, o futebol é um direito relacionado ao que Henri Lefebvre (1991, 1999, 2001) elencou como possibilidade da festa, do uso, da grandeza do cotidiano. Nesse sentido, o ato de torcer e a organização das torcidas mobilizam múltiplas referências culturais (IPHAN, 2016), expressando patrimônios que devem ser preservados em sua originalidade e espontaneidade. Trata-se de defender uma valorização desse esporte contemplando formas de expressão e celebrações que envolvem sentimentos, amor, paixão, loucuras, angústias e tantas outras sensações que se expressam no ato de torcer para um clube ou uma seleção de futebol.

Este texto foi escrito por dois geógrafos amantes do esporte que desenvolveram pesquisas de mestrado e doutorado sobre a temática do futebol. A metodologia utilizada se baseia em levantamento bibliográfico, promovendo um diálogo entre estudos do futebol e geografia, bem como na vivência corrente dos autores nos estádios de futebol e campos de várzea.

2. Futebol como mercadoria: o torcer, o estádio e a cidade

Na ocasião da escrita deste artigo, os clubes de maiores torcidas no futebol brasileiro se preparam para dois grandes jogos: Flamengo e Corinthians farão a decisão da Copa do Brasil 2022. Nesse período, diversas notícias têm alarmado as pessoas que querem garantir um lugar no *Itaqueroão* (Neo Química Arena – SP) ou no *Maracanã* (Estádio Jornalista Mário Filho – RJ), devido ao valor exorbitante dos ingressos. As torcidas visitantes, por exemplo, pagarão R\$ 400 por ingresso (ainda que a diretoria do clube paulista tenha anunciado subsídio para parte desse valor). Já as torcidas locais pagarão entre R\$ 50 e R\$ 1.000 em São Paulo e entre R\$ 70 e R\$ 2.500 no Rio de Janeiro. Dispensável desenvolver aqui o quanto esses valores são incompatíveis com a renda das pessoas no Brasil. Basta mencionar que em 12 de dezembro de 2022 o salário mínimo no país foi reajustado de R\$1.212 para R\$1.302 (BRASIL, 2022).

Esta seção do artigo se propõe a elucidar o futebol como mercadoria, ou seja, as dinâmicas de progressiva capitalização e mercantilização do jogo que se tornou esporte (GONÇALVES, 2011; SEABRA, 2008). Mas, talvez, um caminho mais potente para enunciar nossa primeira seção seja simplesmente questionar: como chegamos a tal situação? Como é possível que o futebol, tão imbricado às expressões culturais populares no cotidiano de milhões, esteja de tal modo cerceado enquanto presença, sociabilidade, possibilidade de uso e regozijo interpessoal?

Dois argumentos poderiam, por assim dizer, amenizar o impacto do incômodo que nos leva a tais indagações. Como primeiro argumento, não seria forçoso dizer que, mesmo sendo um clássico de multidões, os jogos em questão concernem ao futebol-espetáculo (DAMO, 2005), cuja fruição pelos setores populares da sociedade já vem sendo impossibilitada há décadas, em escala mundial, por um conjunto de fatores que

vão além dos preços dos ingressos, conforme será discutido adiante. É nesse contexto que milhões de pessoas aficionadas têm se distanciado do chamado “futebol moderno”, tecendo críticas às suas contradições contemporâneas (tanto de modo programático, em grupos organizados, quanto de modo mais fluido e individualizado), passando a seguir, então, os “futebóis populares” (SANTOS; BONFIM; SPAGGIARI, 2022), historicamente consolidados e que são mais acessíveis quanto aos custos e, muitas vezes, mais significativos enquanto festa.

Mas como fica a paixão visceral pelos clubes do futebol-espetáculo profissional, que se aprende e floresce na infância? Como tal sentimento se mantém diante da impossibilidade de “estar junto” nos estádios? Essa contradição abre terreno para o segundo argumento, centrado no consumo midiático do espetáculo: se o estar no jogo se tornou um sonho praticamente irrealizável, acompanhá-lo coletivamente é amplamente acessível, seja na TV aberta, nos canais *pay-per-view* e *streaming* ou nos sítios eletrônicos que, ilícita e gratuitamente, reproduzem tais canais.

Na seara de estudos sobre futebol, a compreensão desse esporte como mercadoria possui múltiplas entradas e possibilidades analíticas. Neste texto, propomos uma contribuição centrada nas geografias que assentam e potencializam esse processo historicamente, com foco no Brasil, a partir de um aspecto fundante do futebol: o “torcer”. Assim, o debate será voltado ao torcer no futebol profissional espetacularizado, o que mobiliza a discussão sobre os estádios de futebol e a cidade, no curso da urbanização capitalista.

Cumprido destacar, então, que outras dinâmicas de capitalização e mercantilização do futebol não serão aprofundadas, por uma questão de enfoque. Processos como a profissionalização do esporte, o mercado de jogadores, o mercado de imagens do espetáculo (televisão e internet), os pactos desse mercado com as entidades (federações e confederações), os patrocínios e a progressiva ampliação dos clubes-empresa serão permeados de modo panorâmico. Destacaremos, em síntese, os estádios, a produção do espaço e as possibilidades de uso (SEABRA, 1996).

Iniciando esse percurso, situamos que o processo de regulamentação do *football association* em Londres, em 1863, é considerado o marco que vinculou diversas formas de jogo precedentes ao que passou a ser reconhecido, mundialmente, como futebol moderno (DAMO, 2005; MASCARENHAS, 2013). Com recorrência, essa gênese é diretamente associada à prática do jogo pela classe operária, porém é premente situar que a codificação do *football* se deu antes em estruturas escolares e clubísticas, sobretudo em setores de elites aristocráticas inglesas, no seio de um ideal atlético amador. Segundo Mascarenhas (2013), na década de 1880 o futebol se potencializaria no operariado, incentivado pelos industriais, como estratégia de amenização dos conflitos de classe. Em pouco tempo, o futebol inglês se enredou de modo pujante na vida das famílias e bairros operários.

A mobilização de entusiastas e torcedores foi fundante para consolidar essa efervescência do jogo, que se espalhava da Inglaterra para outros países. “Torcer” se tornava conteúdo do modo de vida urbano em consolidação, esse que foi um processo revolucionário para a história da humanidade. Conforme trata Seabra (2008), a cidade é um fenômeno milenar, de múltiplas temporalidades, porém a urbanização relativa ao referido contexto (século XIX), induzida pela industrialização (LEFEBVRE, 2001), foi um fenômeno sem precedentes, oriundo da modernidade e atrelado, inerentemente, à modernização da sociedade. A vida cotidiana se instaurava entre a ciência, a tecnologia, o trabalho, o consumo e o lazer. Conteúdos que, como discute Seabra (2008), passavam a diluir o ócio, bem como a gratuidade do tempo, a ludicidade, a possibilidade do uso, da obra e da festa (SEABRA, 1996, 2008). É nesse ínterim que explode o futebol em terras britânicas e assim o foi, como veremos, na expansão do futebol mundialmente nas décadas posteriores, inclusive no Brasil. Em síntese, o torcer futebolístico é expressão cultural do modo de vida urbano moderno.

Eis um exemplo da “magia” do futebol, o “veneno remédio” (WISNIK, 2008), que aqui trataremos enquanto contradições e insurgências do urbano, pois mesmo com os ideais de programação da vida, segregação e disciplinarização dos corpos, a popularização do futebol inglês já sinalizava as matrizes de um torcer festivo, imprevisível e visceral.

Antes de passarmos ao Brasil, alguns demarcadores são importantes para situar a mercantilização do futebol a partir da Inglaterra. Ainda na década de 1870, identificam-se os primeiros registros de cobranças de ingressos para partidas do Aston Villa (SIMÕES, 2017 *apud* MASCARENHAS, 2014), o que se ampliaria exponencialmente, gerando receitas aos clubes. Na mesma década, confrontos entre seleções, principalmente entre Inglaterra e Escócia, já ultrapassavam a marca de 10 mil torcedores. A partir de 1885, o futebol inglês avança do amadorismo ao profissionalismo, potencializando sua capitalização com o mercado de jogadores (e a possibilidade de ascensão social pela via do jogar) e com a cobertura midiática (rádio e mídia impressa) (MASCARENHAS, 2013). Uma elitização que seguia seu curso de contradições, pois sempre estava

dialeticamente atrelada ao popular e que, diante de nossas intenções, contextualizaremos em relação ao Brasil.

A difusão do futebol pelo mundo se deu na esteira do imperialismo britânico, bem como do fluxo de missionários, jovens bacharéis e, em sentido amplo, emigrantes ingleses para outros continentes. Como explicita Mascarenhas (2013, p. 150): “Ainda alheio ao processo de popularização no Reino Unido, o futebol aporta no Brasil como modismo europeu, com traços higienistas, moralistas, cosmopolitas e de distinção social”. Sem a intenção de especificar marcos espaço-temporais dessa “chegada”, enfatizamos que, em linhas gerais, tal difusão se concentrou nas grandes cidades, inicialmente em clubes de elite e instituições escolares. Seguindo o movimento supracitado, os primeiros ensejos de popularização se deram com o futebol atrelado ao trabalho nas fábricas, no curso da ainda incipiente industrialização brasileira.

Para compreender a mercantilização do futebol no Brasil a partir desses primórdios, valemo-nos da síntese de Ribeiro (2021), ao apresentar os elementos fundamentais para entender a formação de circuitos dominantes e contra-hegemônicos. A despeito de diversas contingências locais/regionais, o autor identifica uma condição recorrente, reproduzida na expansão do futebol pelas principais cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX: os clubes mais estruturados criavam, entre si, acordos para a regulamentação e formação das entidades diretivas (atuais federações), projetando, assim, seus interesses e impondo limites à participação de clubes “alheios”. Dessa forma, um grupo seletivo de clubes passava a centralizar não apenas as decisões, mas também o aporte econômico mobilizado pelo futebol em ascensão, autoproclamando uma posição de superioridade a partir de premissas socioeconômicas, raciais e de gênero. Foi desse modo que se desdobrou o processo de profissionalização e as bases do futebol-espetáculo no Brasil.

Contudo, a efervescência futebolística atrelada à urbanização em muito se contrapôs a tal futebol hegemônico, seja na dimensão do jogo, da torcida ou das múltiplas formas de sociabilidade. Para além do futebol de fábrica citado, essa contraposição pode ser elucidada pelos diversos arranjos populares e auto-organizados do jogo/esporte, cuja ascensão nos remete às matrizes comunitárias e bricoladas dos futebolis (DAMO, 2005). Vemos expressões como o “futebol de várzea” (em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre), o “peladão” (de Manaus e Cuiabá) e os inúmeros circuitos de competições *de futebol amador* (*urbanos* e rurais), além do futebol praticado nas ruas, parques e praias, entre outros (SANTOS; BONFIM; SPAGGIARI, 2022). Mesmo tolhidos pela urbanização, todos seguem insurgentes nos bairros populares e periferias das metrópoles.

Cumpramos enfatizar que tais expressões contra-hegemônicas não diluíram a progressiva ampliação do torcer voltado aos clubes profissionais hegemônicos. Das premissas iniciais, que posicionavam as torcidas como espectadoras disciplinadas de um evento moderno de elite, o torcer no Brasil passaria a expressar, principalmente após a década de 1930, vínculos identitários associados ao lugar (cidades e bairros), às gerações familiares e às façanhas e ídolos em campo, à medida que se intensificava sua popularização. Em suma, o torcer visceral que tratamos anteriormente, que demandava um suporte material e simbólico para sua realização coletiva: os estádios.

Apoiemo-nos no entendimento de Mascarenhas (2013), em diálogo com a obra de Carlos (2001), para compreender o estádio de futebol como espaço-tempo da cidade, “[...] momento e lugar de realização de parcela da vida urbana” (MASCARENHAS, 2013, p. 145). Enquanto imponente estrutura material, ora efervescente de usos, ora ociosa, a construção de estádios se compreende junto às balizas temporais que demarcam a produção e reprodução do espaço urbano. Desse modo, para além do aporte econômico investido para a construção dos estádios brasileiros, envolvendo o dispêndio de clubes e investidores pactuados com poderes locais (Estado e governos), o entendimento desse processo envolve o mercado de terras, as transformações urbanas em curso, as infraestruturas e a conformação de regiões elitizadas e pauperizadas das cidades.

Mascarenhas (2013, p. 151) assim definiu a geografia dos primeiros estádios brasileiros, que conceituou como “aristocráticos”, edificadas entre o início do século XX até a década de 1930:

[...] localizados nos bairros mais nobres, os equipamentos, de pequeno porte, apresentavam uma arquitetura mais assemelhada a um confortável teatro a céu aberto. Como os atletas eram igualmente egressos das camadas sociais privilegiadas, seus familiares e amigos formavam boa parte do público que comparecia para assistir às exibições do novo *sport* inglês que fazia sucesso na Europa. O estádio era então um ornamento da onda civilizadora de cunho eurocêntrico, ao qual o acesso era muito restrito.

Os estádios das Laranjeiras (Rio de Janeiro), da Graça (Salvador), Joaquim Américo (Curitiba), Aflitos (Recife) e Moinhos (Porto Alegre) exemplificam essa condição, segundo o autor. Como se apreende a partir do excerto, eles não eram os receptores do torcer popular que, simultaneamente, insinuava-se nas cidades e, insurgente, almejava adentrá-los. Tanto no que concerne à localização e arquitetura quanto à capacidade, tais estádios, que por si atestam o primeiro momento de elitização do torcer no Brasil, se tornariam anacrônicos ao futebol brasileiro em ascensão. O país viveria, então, o crescimento da construção de grandes estádios, voltados às massas, de grande capacidade e amplos setores populares (as “arquibancadas” e as “gerais”), num processo que demarcou a gênese e expansão de importantes conteúdos simbólicos, estéticos e performáticos da festa torcedora brasileira, tornando-se marco de popularização do torcer. Trata-se da ascensão dos “estádios fordistas”, conforme elucidou Mascarenhas (2013), cujo exemplo primeiro foi o Estádio do Pacaembu, em São Paulo (SP), na década de 1940.

A compreensão de grandes estádios como Maracanã (Rio de Janeiro), Mineirão (Belo Horizonte), Beira-Rio (Porto Alegre), Arruda (Recife), Castelão (Fortaleza) e Fonte Nova (Salvador), entre outros, demanda um diálogo entre as dinâmicas urbanas que estamos tratando e questões geopolíticas. Isso porque, ao mesmo tempo que expressavam grandes lugares de socialização de diferentes segmentos sociais e raciais no cotidiano de cidades/metrópoles, a construção de tais estádios esteve atrelada aos interesses de governos autoritários em amenizar conflitos de classe.

Para elucidar as geografias desse processo no Brasil, a próxima seção propõe um recuo histórico sobre questões internacionais, que permeará a escolha dos países-sede das Copas do Mundo, dialogando com o contexto da geopolítica global dos séculos XX e XXI. Ademais, trará uma reflexão sobre a “virada” que culminou com a instauração do “Padrão FIFA” e a construção de estádios no modelo de arenas multiuso como novo incremento da mercantilização do futebol, atrelado à fragmentação do espaço (CARLOS, 2001) e à cidade como mercadoria.

Antes de finalizar esta seção, cumpre explicitar que nosso entendimento sobre os estádios de futebol está amparado em Mascarenhas (2013, p. 147), compreendendo-os como “[...] equipamento de uso coletivo que abriga, essencialmente, o futebol-espetáculo, ao mesmo tempo pensado como espaço vivido – de paixões e identidades clubísticas – e como territorialidade, isto é, como campo de forças, de práticas e normatizações que sinalizam disputas de sentido”. Tal entendimento será imprescindível para as reflexões posteriores.

3. A FIFA e as Copas do Mundo de futebol masculino sob a ótica de uma Geografia subversiva

Aqui será realizada uma reflexão sobre o significado que as Copas do Mundo FIFA de futebol masculino tiveram na geopolítica global e, posteriormente, para a reprodução do espaço urbano na lógica das cidades como mercadoria. Em seguida, é feita uma reflexão sobre o “Padrão FIFA” estabelecido no futebol brasileiro após a Copa do Mundo de 2014.

É importante lembrar que a escolha de um país-sede para os jogos da Copa do Mundo acontece com anos de antecedência – atualmente com cerca de oito anos, mas esse período já foi menor.

Fazendo o exercício de rememorar algumas Copas do Mundo e seus significados na geopolítica global, iniciamos pela primeira Copa realizada no Brasil, em 1950, data de fundação do principal estádio fordista do país, o Maracanã. Além de estar atrelado às estratégias de consolidação de uma identidade nacional desde décadas precedentes, como parte da violenta narrativa de um Brasil supostamente conciliado em suas desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais, esse evento visou instituir, por meio do esporte, a união entre as nações que estiveram em conflito na Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, o Brasil teve um papel importantíssimo como sede, firmando seu papel “pacificador” entre as nações e se estabelecendo como um território receptivo para união dos povos. Essa Copa do Mundo foi o primeiro grande evento esportivo para celebrar o final de uma guerra mundial e o ensejo de um período de paz entre as nações, ainda que, nesse mesmo período, tenha sido estabelecida a Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, com a FIFA tomando partido dos estadunidenses.

A Copa do Mundo de 1970, sediada no México, e a Copa de 1978, sediada na Argentina, também apresentaram um caráter geopolítico projetado, pois a América Latina vivia um período obscuro com ditaduras militares estabelecidas para apoiar os Estados Unidos na Guerra Fria e colocar fim aos ideais comunistas na região. Ecos da antiga política do “pão e circo” foram estabelecidos com sucesso na América Latina, na tentativa de alienação das grandes massas por meio da “alegria do futebol”, minimizando contradições socioespaciais e violências na busca pelo apoio popular ao modelo político e econômico estabelecido. O futebol pode ser considerado um dos poucos momentos de felicidade e adesão coletiva para os povos latinos naquele período ditatorial, principalmente no Brasil, Argentina, Uruguai e México, seja por

terem fortes seleções no futebol, por terem sido campeões mundiais ou mesmo por sediarem os jogos. Cabe destacar que grandes estádios fordistas foram construídos nesses países em suas respectivas Copas.

Vale lembrar que a Copa do Mundo de 1986, sediada novamente no México, deveria ter sido realizada Colômbia, mas houve uma mudança de sede às pressas devido a uma crise econômica e de segurança pública no país. A escolha da Colômbia foi estabelecida principalmente para combater grupos organizados que pautavam direitos sociais, de cunho ideológico atrelado ao comunismo, bem como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Assim, a FIFA ofereceu a sede para o Brasil, mas, como o país estava no processo de redemocratização política, negou o convite. Então a oferta foi feita novamente para o México, que aceitou o convite porque o país já tinha a infraestrutura pronta dos jogos de 1970, mantendo-se, assim, a realização dos jogos na região da América Latina.

Com a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da União Soviética em 1991, a Copa do Mundo de 1994 marca novamente uma posição significativa na geopolítica global, com sede no país símbolo da narrativa vencedora da Guerra Fria, os Estados Unidos. Os jogos se vincularam ao ideal de firmar uma grande vitória do modelo econômico e político capitalista, mostrando os Estados Unidos como a maior potência global e exaltando o “modo de vida americano”.

A Copa do Mundo de 1998, na França, serviu para esconder uma grande crise política e econômica pela qual o país passava naquele momento, além de marcar posição no território europeu. A Copa do Mundo de 2002, sediada no Japão e Coreia do Sul, foi instrumento para a FIFA expandir sua influência geopolítica para a Ásia, em dois países então aliados dos Estados Unidos. Já a Copa do Mundo de 2006, sediada na Alemanha, almejou, entre outros fatores, explicitar a reconstrução e recomposição do país na esfera política e econômica global. Mas é apenas em 2010, com a Copa do Mundo sediada na África do Sul, que a FIFA muda sua atuação política referente aos jogos.

Em 2010, a África do Sul foi o país que serviu como experimento para a FIFA sediar os jogos nos chamados países emergentes, intencionando aprofundar a lógica de transformação dos jogos em uma grande mercadoria e, com isso, intensificar a disputa por suas sedes, principalmente nos países mais pobres, alvos da fluidez do capital no contexto neoliberal (HARVEY, 2011). Na lógica da reprodução do capital e do futebol como espetáculo, essa Copa do Mundo foi de grande sucesso, atingindo seus objetivos. Entretanto, os recursos estatais aplicados no torneio foram indiscutivelmente inapropriados diante das necessidades da população sul-africana, e o legado desse megaevento foram os estádios se deteriorando com o tempo, grandes “elefantes brancos”, pois o futebol nunca foi o esporte das multidões no país, tampouco houve investimentos privados para que os estádios se requalificassem para usufruto da população.

Desde então, a Copa do Mundo passou a ser ainda mais disputada por diversos países, na lógica de um megaevento, incorporando um novo incremento a esse interesse: a venda das cidades-sede dentro do seu próprio território. Trata-se de uma grande batalha política e econômica para decidir quais cidades irão sediar os jogos de futebol, com a perspectiva de atrair capitais, turistas, eventos e investimentos públicos e privados. Cumpre destacar que, de fato, isso ocorre momentaneamente durante o megaevento. Depois, o que fica são apenas as especulações de alguns setores sobre o que pode vir a ocorrer, sem garantias do Estado ou da iniciativa privada.

A Copa do Mundo de 2014, sediada no Brasil, teve a mesma lógica organizacional do evento anterior, mas dessa vez já não era mais um experimento. Foi um evento que teve em todo seu planejamento uma execução de êxito, ainda que tenha potencializado inúmeras contradições. Cabe destacar que o planejamento visava à produção do capital por meio dos equipamentos e serviços reproduzidos no espaço urbano, excluindo das centralidades construídas para os megaeventos os empreendedores atuantes do circuito inferior da economia (SANTOS, 2008), destacadamente os trabalhadores informais. Além disso, também promoveu a “remoção” de ocupações e a desapropriação de áreas populares das cidades, num explícito projeto de segregação.

Carlos Vainer (2011) expõe que o processo de transformação das cidades durante os megaeventos esportivos se baseia na “cidade de exceção”, porque o seu planejamento se baseia no livre mercado e no neoliberalismo. A cidade não é planejada pensando nos cidadãos que vivem e usufruem de seu espaço cotidianamente. Na lógica do neoliberalismo, a cidade é vendida para grandes corporações, especuladores, grandes agentes econômicos, organizações de eventos e outros. Nesse processo, para reprodução do livre capital, é preciso flexibilizar as legislações, de modo a favorecer os fluxos, “agradando ao mercado” em todos os seus aspectos. Dessa forma, cria-se uma “cidade de exceção”, na justificativa de que qualquer tipo de intervenção urbana pode ocorrer para não estragar um dos maiores espetáculos do mundo, a Copa do Mundo de futebol masculino.

A cidade de exceção nada mais é do que uma cidade mercadoria, que se vende para o capital e para o mercado, capitais fixos e capitais de fluxo. A cidade se tornou ao longo das últimas duas décadas o lugar da produção e reprodução do capital livre e flexibilizada a qualquer custo para execução dos projetos privados. A Parceria Público-Privada (PPP) fez com que o Estado desse aval para o capital privado usufruir do espaço urbano como quiser, desimpedido. Os governos neoliberais não planejam mais a cidade para os seus cidadãos, mas para o mercado – em outras palavras, para o capital privado, representado pela elite burguesa que sempre governou essas esferas diretamente e indiretamente (VASCONCELOS, 2019, p. 133).

Nesse sentido, o principal legado da Copa do Mundo para o Brasil foi a intensificação da segregação socioespacial, de base social e racial, causada pela especulação imobiliária nas cidades-sede dos jogos, conforme se verifica em diversos estudos, dos quais destacamos a coletânea “Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas” (JENNINGS *et al.*, 2014) e o livro “A Copa do Mundo de 2014 na cidade de São Paulo: as transformações na estrutura urbana de Itaquera” (VASCONCELOS, 2019).

Considerando as intenções deste artigo e o debate desenvolvido, cabe questionar: como os desdobramentos das questões geopolíticas e urbanas colocadas até aqui reverberaram no torcer no Brasil? Avançando de uma análise centrada na geografia urbana crítica e partindo para um debate do que essa Copa do Mundo significou para o futebol brasileiro, permeado por um olhar sociológico e antropológico, temos que destacar a implementação do “Padrão FIFA” nos estádios que foram construídos para o megaevento, somados a dois outros estádios construídos em formato de arena (para sediar jogos de futebol e eventos múltiplos) no mesmo período: a Arena do Grêmio (em Porto Alegre) e a Allianz Parque (em São Paulo), ambos pertencentes a clubes com grandes torcidas no futebol brasileiro, o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e a Sociedade Esportiva Palmeiras.

O “Padrão FIFA” trouxe, em todos esses novos estádios de futebol no Brasil (bem como naqueles que estão sendo projetados para construções futuras ou aqueles que têm sido reformados seguindo o mesmo modelo), uma contradição nova, que foge completamente do que existia até aquele momento no que concerne ao significado do ato de torcer para um clube de futebol em um estádio. Foi implementado um novo modelo, elitizado, com valores econômicos incompatíveis com a realidade das massas torcedoras que frequentavam esses locais anteriormente. Essa tendência, amplamente debatida na seara dos estudos sobre futebol (SOUSA; ABRAHÃO, 2022), modificou o profundamente o público dos estádios, seja na dimensão socioeconômica ou nos elementos estéticos, performáticos e sonoros oriundos do modelo pré-existente, ou seja, dos grandes estádios com amplos setores populares (SANTOS, 2021). Inspirado no modelo europeu, nesse padrão atual está pré-determinado um comportamento para a torcida assistir à partida, com torcedores sentados, manifestações restritas a momentos específicos (como os aplausos de apoio), vestimentas com camisas oficiais e personalizadas, proibição de determinadas manifestações (como as políticas) e incentivo ao consumo (alimentação, produtos personalizados etc.), entre outros.

Esse futebol mercadoria contemporâneo, no âmbito do torcer, reposiciona elementos do futebol-espetáculo, no qual o torcedor assiste ao jogo ao vivo no estádio, mas da mesma forma/sentido que estaria sentado no sofá de sua residência. As exceções são os poucos lugares que ficaram reservados nos estádios para os setores populares, majoritariamente ocupados pelas torcidas organizadas, que ainda resistem, na medida do possível, a esse novo modo de torcer nos estádios. O torcedor virou um cliente e a partida de futebol, uma mercadoria renovada. Junto a esse pacote, temos a supervalorização nos preços dos ingressos e dos alimentos e bebidas que são vendidos nos estádios, com valores abusivos e muito longe do que a maioria das famílias brasileiras conseguem pagar.

Ademais, cumpre demarcar a questão racial atrelada ao processo, expressando-se nas arquibancadas dos estádios, nas quais se tornou majoritária a presença das pessoas brancas (variável e mais intensa em determinados setores), conformando uma segregação de base racial nesse território de celebração. Trata-se de um processo de elitização e segregação nos espaços do estádio de futebol, tensionando suas territorialidades, em face aos setores do estádio, devido aos valores variados dos ingressos. Um processo que transcende o estádio, envolvendo também seu entorno e expressando uma dinâmica que abarca a totalidade das cidades e das metrópoles, que foram ainda mais fragmentadas e tiveram ampliação das segregações cotidianas devido à construção das arenas e à reprodução do espaço que tais construções demandaram.

Esse padrão se repete em todos os lugares nos quais os megaeventos da FIFA acontecem, desde 2010, principalmente onde o futebol é um esporte amado e de grande valor simbólico para a população. Em termos de comparação, considerando o continente sul-americano, para os amantes do futebol salta à vista como existe uma grande diferença no modo de torcer entre as torcidas dos clubes brasileiros que jogam suas partidas nas atuais arenas “Padrão FIFA” e as torcidas dos clubes sul-americanos. A título de exemplo, essa

comparação pode ser realizada assistindo aos jogos da Copa Libertadores da América, promovida pela Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL). Visualmente, o espetáculo das torcidas é muito diferente em cada território. As festas das torcidas argentinas nos estádios, por exemplo, são intensas, com cantos do começo ao fim das partidas, vibração, apoio, faixas, bandeiras, bandeirões de arquibancada, papéis picados, sinalizadores e outros elementos. Obviamente, os torcedores que vão aos estádios argentinos não estão livres da mercantilização do torcer, no entanto, como estão majoritariamente alheios à lógica das arenas, a compra da mercadoria futebol se torna secundária ou minimizada diante do objetivo maior de colocar toda sua energia para fora, dando apoio de todas as formas para seus clubes. Contemplando essa paixão que os argentinos têm pelo futebol, as leis que regem as regras do esporte no país são mais permissivas para as torcidas nos estádios comparadas às leis e regras no Brasil, assim como as transmissões são mais acessíveis e variadas em termos de horários, com apoio estatal.

No Brasil, a festa das torcidas também está historicamente carregada de muito amor do torcedor pelo seu clube e de muita festa, contando inclusive com os elementos estéticos e performáticos citados, bem como outros mais recorrentes no território brasileiro, como as bandeiras de mastro e as baterias. Porém, nas últimas décadas, os entraves financeiros pelo alto custo de ir ao estádio, as supostas “questões de segurança” e as regras e leis estabelecidas para assistir a uma partida de futebol nas arenas vêm impondo uma nova versão do ato de torcer, padronizada e clientelística.

Enfatizamos que a comparação que realizamos almeja elucidar uma diferença nos modos de torcer nos estádios de países vizinhos cujo futebol é o principal esporte, longe de estabelecer aqui uma comparação forçosa que identifique qual torcida é “melhor” ou “mais apaixonada”. O que destacamos é que esses conteúdos do torcer, nos estádios e nas cidades, expressam que as referências culturais envolvem dimensões urbanas e de poder, em sentido amplo. No caso dos grandes clubes brasileiros que jogam nos estádios “Padrão FIFA”, a barreira financeira é colocada hoje como o maior entrave para os torcedores das classes sociais mais baixas. Fica nítido que assistir a uma partida de futebol masculino profissional nos estádios não é para todos e que a elitização dos estádios está fazendo os clubes se distanciarem, em muitos sentidos, do seu maior patrimônio, que é também um patrimônio cultural da sociedade, o torcer popular. Foram os torcedores os principais responsáveis em dar a imagem e o *slogan* de representação para cada clube do Brasil e, em alguns casos, do mundo. Agora, eles são proibidos para dar lugar aos clientes (SIMÕES, 2017).

4. Conclusões: direito de torcer e cidade, pela preservação das referências culturais torcedoras

Em contraposição à tendência de elitização dos estádios, muitos movimentos de torcidas reivindicam o *direito de torcer* como pauta. Essa demanda é oriunda de associações, torcidas organizadas, coletivos de torcida e, em muitos casos, dos chamados “torcedores comuns”. Além de almejarem a realização das referências culturais torcedoras, o *direito de torcer* no estádio de futebol está atrelado aos movimentos sociais organizados da sociedade (movimentos por direitos, movimento negro, de mulheres, LGBTQIA+, antifascista), entre outros grupos representativos. Assim como atuam no debate público por direitos sociais e pelo direito à cidade, eles buscam demarcar seu território nos estádios para expressar suas lutas.

Tal defesa pelo *direito de torcer* nos remete ao direito constitucional à cultura (art. 215), que tem como uma de suas vias de realização a proteção do patrimônio cultural (art. 216). Para as conclusões deste texto, entendemos que o progressivo avanço da elitização do futebol e, especificamente, do torcer nos estádios impacta diretamente um conjunto de expressões legítimas e significativas da cultura popular brasileira, com forte conteúdo simbólico e identitário.

Este texto buscou elucidar as diversas geografias que embasaram tal dinâmica nas últimas décadas, trazendo um histórico sob diferentes prismas geográficos, urbano e geopolítico. Podemos concluir que a expansão do capitalismo em âmbito global (HARVEY, 2011) transformou o papel do futebol na sociedade durante todo o século XX e início do XXI, indo da expansão estratégica com intenção de controle das massas insurgentes às políticas de segregação socioespacial urbana.

A elucidação dessas geografias é reveladora e contribui à seara dos estudos de futebol, especificamente aos estudos do torcer que, conforme tratado em Sousa e Abrahão (2022), vêm crescendo na literatura acadêmica brasileira. Contudo, estão mais centrados nas ciências sociais (antropologia e sociologia), comunicação, educação e educação física, sendo rarefeitos os estudos geográficos da questão. Tais geografias permitem identificar insurgências e resistências ao futebol mercantilizado e elitizado que tanto impacta o patrimônio cultural expresso pelo torcer.

Como exemplos de tais insurgências, destacamos: 1) as territorialidades que se constituem nos estádios, em que grupos representativos do “direito de torcer” seguem manifestando sua festa nos setores populares

que restam, seja nas arenas “Padrão FIFA” ou nos antigos estádios fordistas em vias de “arenização”; 2) o torcer em outros arranjos de espaço-tempo, para além dos estádios de futebol, sendo que atualmente a maioria dos torcedores utiliza algum recurso audiovisual (televisão, internet etc.) para acompanhar as partidas de futebol em encontros residenciais, sedes de torcidas organizadas, entorno dos estádios, bares, ambulantes e restaurantes, entre outros lugares de realização de encontros públicos e privados, revelando, assim, uma outra geografia torcedora, que se imbrica aos circuitos inferiores da economia urbana, nas periferias e bairros populares – em suma, um torcer que transcende o estádio/arena; e 3) o torcer quando os estádios/arenas promovem um espetáculo cuja mobilização de capitais não é tão intensa no contexto contemporâneo em termos de mediatização e que, portanto, não implica majoração incisiva dos ingressos (preços mais populares ou gratuitos) e transmissões. Como exemplo, citamos as partidas de futebol feminino (que vêm batendo recordes de público), os treinos abertos (em geral, vinculados às vésperas de decisões ou partidas importantes) e as competições de base e de outras modalidades esportivas dos clubes (como basquete, futsal, vôlei etc.). São momentos em que o “direito de torcer” avança sobre os impeditivos que o futebol mercadoria bloqueia, com o acesso das camadas populares nos estádios/arenas. Nesse movimento, verifica-se que ocorre outra espacialidade no que tange à origem dos torcedores, que são majoritariamente periféricos e trazem consigo seus modos de torcer, historicamente atrelados ao futebol popular, incorporando aos estádios um conteúdo profundamente distinto daquele verificado em jogos de futebol profissional masculino.

Pensando no desenvolvimento do objetivo deste artigo, que buscou trazer um debate histórico e contemporâneo sobre os arranjos do futebol como mercadoria e como este se relaciona com a reprodução do capitalismo, seja na esfera do urbano ou na esfera da geopolítica, temos que realizar uma reflexão propositiva, que hoje pode ser considerada uma utopia diante da necessidade contínua de receitas dos grandes clubes. São utopias que nos permitem pensar em horizontes e ações de práticas de reconhecimento e valorização das referências culturais torcedoras, diante do arranjo hegemônico estabelecido no futebol.

No sentido de tais utopias, citamos a democratização dos clubes, de modo a viabilizar, no pacto entre estes e as federações, a ampliação dos setores populares nos estádios, a diminuição no valor dos ingressos, a realização de jogos em horários consoantes ao cotidiano da classe trabalhadora e as transmissões abertas e gratuitas, em horários variados, de modo a transcender os grandes acordos financeiros entre federações, clubes, patrocinadores e canais de televisão e internet.

Ademais, no que concerne ao cotidiano nas cidades e metrópoles, cumpre destacar que os “Padrões FIFA” foram legitimados por políticas urbanas escusas ou pela ausência delas e que, nesse sentido, é preciso reorientar tais políticas, com participação popular que vise a um reordenamento do espaço urbano com princípios democráticos. Como parte da agenda pelo direito à cidade, está o acesso aos espaços públicos e equipamentos urbanos para toda a população de modo indistinto ou, minimamente, objetivando diluir segregações. Considerando isso, as políticas urbanas que venham a legitimar, facilitar ou mesmo promover a progressiva construção de arenas multiuso, bem como aquelas que pactuam com o capital imobiliário, estão na contramão do direito de torcer.

Em suma, faz-se relevante uma agenda política que envolva: suscitar os usos e apropriações dos estádios já existentes; estabelecer princípios legais para enfrentar as segregações promovidas pelas construções das arenas (no sentido de garantir o acesso à moradia às classes de menor renda no entorno do estádio e combater a especulação imobiliária com políticas públicas urbanas); e estabelecer uma legislação para garantir ao torcedor de classes sociais mais baixas o acesso às arenas com descontos ou subsídios na compra dos ingressos, de modo a promover o acesso à cultura e ao esporte.

Por fim, cumpre citar o sistema normativo de proteção ao patrimônio cultural (FONSECA, 2005), que tem como uma de suas possibilidades o registro de bens enquanto patrimônios imateriais. Um possível registro do “torcer” como patrimônio poderia configurar um trunfo diante das ações que limitam a festa torcedora nas novas arenas. Compreendendo o “torcer” como bem cultural brasileiro, legitimado normativamente, as torcidas organizadas e coletivos de torcidas poderiam potencializar a reivindicação de espaços nos estádios para a realização de seus respectivos modos de torcer, a despeito de qualquer tentativa de coibi-los.

Referências

BRASIL. **Ministério da Economia aumenta valor de salário mínimo para 2023**. Publicado em 12 dez. 2022, Ministério da Economia. Disponível em: <https://bit.ly/3BG4SmH>. Acesso em: 18 dez. 2022.

- CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.
- DAMO, A. **Do dom à profissão**: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França. Tese (Doutorado em Antropologia) pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- GONÇALVES, G. R. **A crise da cidade em jogo**: o futebol na contramão em ruas da Penha. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- HARVEY, D. **O enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial**: inventários participativos – manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2016.
- JENNINGS, A. *et al.* **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas? São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MASCARENHAS, G. Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol. **Revista Cidades**, Chapecó, n. 17, v. 10, p. 142-170, 2013.
- MASCARENHAS, G. **Entradas e bandeiras**: a conquista do Brasil pelo futebol. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- RIBEIRO, R. R. **A várzea e a metrópole**: futebol amador, transformação urbana e política local em Belo Horizonte (1947-1989). Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) pela Escola de Ciências Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021.
- SANTOS, A. L. **O samba como patrimônio cultural em São Paulo (SP)**: as batucadas de beira de campo e o futebol de várzea. Tese (Doutorado em Geografia Humana) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- SANTOS, A. L.; BONFIM, A.; SPAGGIARI, E. Mapeamento do futebol de várzea de São Paulo (SP): reflexões para processos de proteção ao patrimônio. **Revista Desenvolvimento Social**, [S.l.], v. 28, n. 1, p. 122-152, 2022.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Tradução Myrna T. Rego Viana. São Paulo: Edusp, 2008.
- SEABRA, O. C. L. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. S. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 71-86.
- SEABRA, O. C. L. Futebol: do ócio ao negócio. In: DEBORTOLI, J. A. O.; MARTINS, M. F. A.; MARTINS, S. **Infâncias na metrópole**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 129-146.
- SIMÕES, I. **Cientes versus rebeldes**: novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

SOUSA, C. B.; ABRAHÃO, B. O. L. Estudos sobre os torcedores de futebol: uma revisão sistemática. **FuLiA/UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 82-102, 2022.

VAINER, C. **Prof. Carlos Vainer fala sobre Megaeventos no programa Juca Entrevista. 52'16"**. Eternippur, YouTube, 2 dez. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2SLDLON>. Acesso em: 12 out. 2022.

VASCONCELOS, D. B. **A Copa do Mundo de 2014 na cidade de São Paulo**: as transformações na estrutura urbana de Itaquera. São Paulo: Editora FFLCH/USP, 2019.

WISNIK, J. M. **Veneno remédio**: o futebol e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.



BY



NC



SA

Este artigo é distribuído nos termos e condições do *Creative Commons Attributions/Atribuição- NãoComercial-CompartilhaIgual* (CC BY-NC-SA).